



ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS - CGFLOP

1 Às 09h00, do dia 08 de dezembro de 2021, realizada por meio de
2 videoconferência (**link: <https://meet.google.com/tts-fypr-tdp>**), por motivos da
3 pandemia da COVID-19, e após constatado o quórum, deu-se início à 40ª Reunião
4 Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), presidida por
5 Pedro Alves Correa Neto, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro (MAPA), Vice-
6 Presidente da Comissão.

7 Estiveram presentes os membros: Pedro Alves Correa Neto (Serviço Florestal
8 Brasileiro – SFB/MAPA), Elvison Nunes Ramos (Ministério da Agricultura, Pecuária e
9 Abastecimento – MAPA), Bruno Marongoni Matinelli (Ministério da Ciência,
10 Tecnologia e Inovações – MCTI), Bruno Schettini Gonçalves (Departamento de
11 Caracterização e Incorporação do Patrimônio), Nilza Emy Yamasaki (Departamento
12 Patrimonial), CMG (Refº) Paulo Cezar Garcia Brandão (Assessor Militar), Gustavo
13 Bediaga de Oliveira (Coordenação de Uso Sustentável dos Recursos Florestais),
14 Rafael Freire de Macedo (Coordenação-Geral de Monitoramento do Uso da
15 Biodiversidade e Comércio Exterior), Ruberval Lopes da Silva (Instituto Nacional de
16 Colonização e Reforma Agrária), Bruno Machado Teles Walter (Embrapa Recursos
17 Genéticos e Biotecnologia), Mário Augusto de Campos Cardoso (Confederação
18 Nacional da Indústria-CNI), Renata Medeiros dos Santos (Confederação Nacional da
19 Indústria-CNI), Deryck Martins (FIEPA), Frank Rogieri de Souza Almeida (Fórum
20 Nacional das Atividades de Base Florestal-FNBF), Hélica Araújo Silva (Confederação
21 Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG), Sérgio Miguel Safe de Matos
22 Jr. (SBEF), Manuel Almeida Amaral Neto (Instituto Internacional de Educação do
23 Brasil - IEB - Movimentos Sociais), Leonardo Martin Sobral (IMAFLORA), Maria
24 Jocicleide Lima de Aguiar (Rede Acreana de Mulheres e Homens - Grupo Trabalho
25 Amazônico).

26 Também estiveram presentes como ouvintes: Daniel Bentes (CONFLORESTA
27 - Ass. Brasileira de Empresas Concessionárias Florestais), José Humberto
28 (Coordenador-Geral de Monitoramento e Auditoria Florestal do Serviço Florestal
29 Brasileiro/MAPA), Lizane Ferreira (Diretora de Desenvolvimento Florestal do Serviço
30 Florestal Brasileiro/MAPA), Eirie Vinhote (ABEMA - Secretaria de Meio Ambiente do
31 Estado do Amazonas) e Hécio Botelho (CNI/FNBF).

32

33 **O SR. PEDRO ALVES CORREA NETO (Vice-Presidente da Comissão e Diretor-**
34 **Geral do SFB/MAPA)** – Presidindo os trabalhos da Comissão, cumprimenta a todos,
35 confirma o quórum e solicita que todos se apresentem por meio do chat da reunião.
36 Dando início aos trabalhos, abre espaço para manifestações ou questionamentos
37 sobre a Ata da 39ª Reunião Ordinária CGFLOP. Não havendo manifestações pela
38 Comissão, aprova a Ata e passa a palavra ao Diretor de Concessão Florestal e
39 Monitoramento do Serviço Florestal Brasileiro – SFB/MAPA, Sr. Paulo Henrique
40 Marostegan e Carneiro.

41

42 **O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO (Diretor de Concessão**
43 **Florestal e Monitoramento – SFB/MAPA)** – Cumprimenta a todos, compartilha
44 apresentação e introduz sobre a proposta de Resolução do Conselho Diretor do
45 Serviço Florestal Brasileiro para regulamentação do processo de parcelamento de
46 débitos contratuais inadimplidos de entidades concessionárias de florestas públicas
47 federais, por meio do qual verifica-se a necessidade de ato normativo de procedimento
48 de forma a garantir maior segurança jurídica ao instrumento; a importância do esforço
49 institucional do SFB para manter a adimplência dos contratos de concessão; a
50 responsabilidade do gestor público perante aos compromissos de arrecadação da
51 União, e de cuidado para cumprimento fiel do contrato de concessão florestal,
52 eficiência na gestão de contratos, e transparência nos procedimentos do órgão gestor
53 das concessões florestais. Apresentou um histórico sobre os trabalhos realizados nos
54 anos de 2019 a 2021, com as empresas concessionárias que apresentavam
55 inadimplência contratual, consulta à CONJUR/MAPA aprovando a proposição de
56 termos de parcelamento de débitos decorrentes do pagamento pela produção nas
57 concessões florestais, assinatura dos primeiros termos de parcelamento, e a consulta
58 pública realizada via site em janeiro e fevereiro de 2021. Apresentou as melhorias
59 esperadas com a edição da Norma, como parcelamento administrativo de valores

60 inadimplidos de concessões florestais federais mais seguro para as partes, e
61 apresentou a Base Legal utilizada; Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei
62 11.284/2006); Lei do Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e
63 entidades federais (Lei 10.522/2002); e Lei do processo administrativo da
64 administração pública federal (Lei 9784/1999). Informou sobre a estrutura da Norma
65 que estabelece procedimentos gerais para apresentação de pedido de termo de
66 parcelamento de débitos decorrentes do pagamento pela produção florestal, bem
67 como, não permite parcelamento de valores referentes ao pagamento dos custos de
68 edital; informou sobre as regras gerais quanto a número de parcelas, forma de
69 cobranças das parcelas com os acréscimos decorrentes de juros e correção monetária
70 e limite de valor a ser parcelado; sobre as condições para conclusão de execução do
71 termo e estabelecimento de novo parcelamento e rescisão do termo. Informou sobre
72 o atendimento às recomendações da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da
73 Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CONJUR/MAPA), apresentar a proposta ao
74 Conselho Consultivo do FNDF, que já foi realizado e não recebeu óbices à publicação;
75 a apresentação da proposta de resolução à CGFLOP, que está sendo realizada,
76 análise de impacto regulatório (Decreto 10.411/2019). Apresentou a importância da
77 regulamentação do processo de parcelamento de débitos contratuais inadimplidos de
78 entidades concessionárias de florestas públicas federais, tendo em vista as
79 dificuldades enfrentadas e situações inesperadas, acrescentou sobre os atuais
80 problemas com a geração das guias de exportação. Concessionárias estão com
81 dificuldades de vender a madeira para o exterior o que gera uma retenção de receita
82 em torno de R\$ 25 milhões de reais, dificultando a adimplência das concessionárias.
83 Informa que com o parcelamento foi possível viabilizar o recebimento de outubro até
84 o final do ano dos contratos existentes com o SFB, mantendo os contratos
85 adimplentes. Dos 21 contratos, atualmente, 14 estão adimplentes e 1 inadimplente em
86 processo de revogação administrativa, informa também sobre o contrato de Saracá-
87 Taquera que está em análise jurídica, com indicativo de revogação. Finaliza a
88 apresentação e abre espaço para questionamentos e sugestões.

89 **O SR. PEDRO ALVES CORREA NETO (Vice-Presidente da Comissão e Diretor-**
90 **Geral-SFB/MAPA)** – Abre espaço para observações sobre a proposta de Minuta de
91 Resolução apresentada pelo Diretor Paulo Carneiro.

92 **O SR. LEONARDO MARTIN SOBRAL (IMAFLORA - FBOMS)** – Informa, que faz
93 sentido a proposta no momento econômico em que nos encontramos e questiona se
94 uma vez terminado ou pago completamente o parcelamento, mesmo que reparcelado,
95 ele pode fazer um novo parcelamento ou somente pode utilizar desse artifício uma
96 única vez?

97 **O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO (Diretor de Concessão**
98 **Florestal e Monitoramento-SFB/MAPA)** – Responde, que pode ter um único
99 parcelamento ativo. Assim que quitar um parcelamento vigente, tem-se o direito de
100 pedir outro parcelamento.

101 **O SR. DANIEL BENTES (Diretor Executivo CONFLORESTA)** – Cumprimenta a
102 todos e informa, que já possuía uma proposta de parcelamento vigente e gostaria de
103 informações sobre o que de fato foi alterado e que não recebeu nenhuma
104 manifestação da concessionária, porque pouco mudou e pediu para que o Diretor
105 Paulo comente o que mudou.

106 **O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO (Diretor de Concessão**
107 **Florestal e Monitoramento-SFB/MAPA)** – Explica que, conforme os procedimentos
108 de parcelamento, o que já vem sendo aplicado desde 2019, foram alteradas duas
109 questões. A primeira é que não permitia a renegociação do débito do parcelamento já
110 estabelecido, e que não foi aberta essa proposta, foi um acordo interno e que neste
111 momento está sendo oficializado, dando maior segurança jurídica. A outra questão, é
112 a garantia, pois existe uma determinação da lei que informa que os parcelamentos
113 acima de um determinado valor necessitam de uma garantia, isso não estava bem
114 equacionado nos parcelamentos atuais e com a nova resolução está bem
115 determinado. Assim, a garantia do contrato deve ser superior ao valor parcelado e o
116 concessionário tem opção de aumentar a garantia do contrato. Explica ainda, que
117 desde 2019, cerca de 10 Termos de Parcelamento foram realizados e que a minuta
118 reflete as alterações realizadas, visando melhorar e resolver problemas que foram
119 identificados ao longo do tempo, as duas principais mudanças foram estas.

120 **O SR. LEONARDO MARTIN SOBRAL (IMAFLORA)** – Informa, que ficou com
121 dúvidas a respeito do artigo 22, da minuta de resolução, o qual trata da rescisão do
122 contrato, em caso de descumprimento. A preocupação é que essas dúvidas podem se
123 arrastar com os pedidos de parcelamento e a inadimplência ocorra novamente e a

124 concessão fique comprometida, ao passo que poderiam rescindir um contrato e dar
125 entrada em um novo processo. Perguntou se há prazo para o atraso no parcelamento
126 e rescisão do contrato se eventualmente precisar.

127 **O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO (Diretor de Concessão**
128 **Florestal e Monitoramento- SFB/MAPA)** – Explica que, conforme o artigo 25, o
129 contrato de parcelamento é rescindido depois de 3 parcelas consecutivas ou não, e
130 se não pagar as duas últimas parcelas. Assim, é rescindido o contrato que entraria
131 dentro da cláusula de extinção por inadimplência. Enfatizou, que na sua opinião,
132 estaria fortalecendo a continuidade dos contratos. Da forma que estava sendo
133 trabalhado até o ano de 2019, qualquer inadimplência, por qualquer motivo, levaria a
134 rescisão do contrato. Informa, que estão criando uma rota que permite o saneamento
135 do contrato e a sua continuidade, lembra que o custo para encerrar um contrato e abrir
136 um novo contrato é alto, exemplificando a experiência bastante negativa com o
137 contrato da Jamari (empresa Sakura), que foi o primeiro lote de licitação que demorou
138 quase 5 anos para conseguir reliciar, e a segunda experiência é a desistência do
139 contrato pela Amata. Acrescenta, que a licitação aberta e o processo de construção
140 do edital, de início da licitação, durou 1 ano, acreditando ser difícil que todo processo
141 dure menos de 1 ano para fazer a relicitação.

142 **O SR. PEDRO ALVES CORREA NETO (Vice-Presidente da Comissão e Diretor-**
143 **Geral-SFB/MAPA)** – Em atenção à pergunta do Sr. Leonardo e a resposta do Diretor
144 Paulo, fala sobre a importância dos prazos normativos no processo de Concessão,
145 que são no mínimo médios, não sendo possível realizar os procedimentos de forma
146 rápida. Informa, que o ciclo de vida de um PAOF é de 2 anos e meio, a três, desde a
147 publicação dos editais e parcelamentos, bem como a relicitação. Informa, que está
148 saindo um pouco da pauta para compartilhar a percepção que teve a respeito e sobre
149 o desafio futuro que é trazer mecanismos para agilizar os processos. Finalizando a
150 observação, abre espaço para comentários sobre a Minuta de Resolução. Não
151 havendo observações, passa para o próximo item sobre o calendário de reuniões da
152 CGFLOP em 2022.

153 **O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO (Diretor de Concessão**
154 **Florestal e Monitoramento-SFB/MAPA)** – Compartilha a apresentação da proposta
155 de calendário de reuniões da CGFLOP para o ano de 2022, e informa que a proposta

156 sugere, pelo menos, 4 Reuniões Ordinárias, e está calçada com a programação de
157 lançamento de novos editais. Durante 2020, foram apresentados os editais de Jamari,
158 que está em licitação, e de Amana, o qual pretende encaminhar para o Jurídico em
159 dezembro. Informa, que estão juntos com o BNDES, que já participou de uma reunião
160 da CGFLOP e apresentou oito projetos com o cronograma de implementação, informa
161 que para conciliar esse cronograma das audiências públicas, com o calendário
162 eleitoral e a necessidade da consulta pública, que é a CGFLOP, está propondo o início
163 das reuniões para o dia 8 de fevereiro de 2022, para a apresentação do edital de
164 licitação das Flonas de Três Barras, Chapecó e Irati no Sul, a intenção é que o
165 consórcio realize a consulta pública nesses municípios no mês de fevereiro, e estaria
166 fazendo a apresentação um pouco antes das consultas e audiências públicas na
167 região. Em abril, estão programadas as consultas e audiências públicas no Norte das
168 Florestas Nacionais de Jatuarana, Pau Rosa e Gleba Castanho, propondo então, a
169 reunião da CGFLOP para o dia 19 de abril de 2022. Sobre a apresentação dos editais
170 no Sul, informa que será um edital para as três Flonas, já no Norte, não se sabe ainda
171 quantos editais serão elaborados. No dia 14 de junho de 2022, seria a reunião regular
172 da CGFLOP, e no dia 22 de novembro de 2022, a reunião finalizando o ano.

173 **O SR. PEDRO ALVES CORREA NETO (Vice-Presidente da Comissão e Diretor-**
174 **Geral-SFB/MAPA)** – Agradece a apresentação e abre espaço para manifestações
175 sobre a proposta de calendário, acrescenta, que as datas apresentadas são para as
176 Reuniões Ordinárias da Comissão, e, caso haja alguma situação de emergência,
177 poderão se reunir em caráter extraordinário.

178 **O SR. MANUEL ALMEIDA AMARAL NETO (Coordenador Executivo - Instituto**
179 **Internacional de Educação do Brasil - IEB - Movimentos Sociais)** - Cumprimenta
180 a todos e sugere, de acordo com a proposta de calendário, fazer uma consulta para
181 saber se as reuniões serão mantidas no sistema virtual, híbrido ou presencial, o que
182 está sendo analisado em relação a isso para o próximo ano, e se há alguma
183 necessidade de regulamentação para a realização das reuniões virtuais.

184 **O SR. PEDRO ALVES CORREA NETO (Vice-Presidente da Comissão e Diretor-**
185 **Geral-SFB/MAPA)** – Pede a palavra e informa que, conforme apresentado pelo Sr.
186 Manuel, o cenário atual é novo e estão seguindo protocolos de segurança em primeiro
187 lugar para a saúde de todos, e em segundo lugar, não menos importante, protocolar

188 as tratativas realizadas na reunião. Sugere, viabilizar a participação híbrida, mas
189 apresenta o exemplo de outros Conselhos dos quais participa, há quase dois anos o
190 Conselho Fiscal da Embrapa, realiza as reuniões de forma virtual. Acrescenta, que
191 alguns Normativos da Casa Civil, sugere, para formação de grupos de Conselhos e
192 outros arranjos institucionais de governança, como a CGFLOP, que a participação
193 seja prioritariamente virtual, como por exemplo o Comitê Técnico e Operacional do
194 Pronasolos, do MAPA. Passa a palavra para o Diretor Paulo.

195 **O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO (Diretor de Concessão**
196 **Florestal e Monitoramento-SFB/MAPA)** – Complementando a palavra do Vice-
197 Presidente da Comissão, Sr. Pedro, informa, que o Decreto 9759, que estabeleceu as
198 regras para o funcionamento dos Colegiados, coloca como prioridade as reuniões
199 serem híbridas para evitar o deslocamento e reduzir custos. Acrescenta, que é
200 possível analisar a realização das reuniões desta forma, e que não reflete no
201 regimento da CGFLOP, e, se for necessário, analisará a adaptação ao Regimento.

202 **O SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (Especialista em Políticas e**
203 **Indústria - Confederação Nacional da Indústria (CNI)** – Solicita a palavra e informa
204 sobre o Regimento da CGFLOP, o qual apresenta que anualmente serão realizadas
205 duas reuniões Ordinárias, questiona se a reunião de junho, que terá a apresentação
206 do PAOF, não poderia ser realizada juntamente com a reunião de abril que tratará
207 sobre o edital da Gleba Castanho, para não se comprometer com quatro Reuniões
208 Ordinárias durante o ano.

209 **O SR. PEDRO ALVES CORREA NETO (Vice-Presidente da Comissão e Diretor-**
210 **Geral-SFB/MAPA)** – Informa, que o tempo para a realização do PAOF é curto e
211 precisa ser publicado até 1º de julho de 2022, implicando assim, na antecipação do
212 assunto da reunião.

213 **O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO (Diretor de Concessão**
214 **Florestal e Monitoramento-SFB/MAPA)** – Informa, que a sugestão pode ser
215 analisada, e na reunião do dia 19 de abril, poderão analisar a necessidade da
216 realização da reunião do dia 14 de junho de 2022.

217 **O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (Coordenador-Geral de Monitoramento e**
218 **Auditoria Florestal-SFB/MAPA)** – Acrescenta, que há a possibilidade de publicação

219 de outros editais para serem apresentados na reunião de junho, que estão sendo
220 estruturados, indicando então, a importância de manter a reunião.

221 **O SR. PEDRO ALVES CORREA NETO (Vice-Presidente da Comissão e Diretor-**
222 **Geral-SFB/MAPA)** – Abre espaço para outras observações e não havendo
223 comentários, finaliza, concluindo o pré-agendamento de 4 reuniões, com a
224 possibilidade de antecipação do tema PAOF para a reunião de abril, informa que
225 solicitará ao Diretor Paulo o envio das apresentações e demais informações por e-
226 mail aos Membros da Comissão. Após os acertos finais sobre o calendário, passa
227 para o próximo tópico da reunião “Informe sobre o PL 5518/2020: Altera a Lei nº
228 11.284, de 2 de março de 2006, para conferir maior celeridade ao processo licitatório,
229 flexibilidade aos contratos e atratividade ao modelo de negócio das concessões
230 florestais”.

231 **O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO (Diretor de Concessão**
232 **Florestal e Monitoramento-SFB/MAPA)** – Acrescenta, que é um informe sobre a
233 tramitação do PL 5518, é um projeto que foi apresentado no final de 2020 e de alguma
234 maneira incorporou algumas ações apresentadas na CNI e na Confloresta, costurado
235 por essas duas entidades, informa sobre a apresentação na Coalizão Brasil Florestal
236 Clima e depois ao Deputado Rodrigo Agostinho, que incorporou as sugestões ao PL
237 5518, recentemente aprovado na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos
238 Deputados, com o parecer do deputado Crisóstomo de Rondônia. Informa que o SFB
239 vem acompanhando o Projeto de Lei que atende as demandas apresentadas ao longo
240 dos anos, principalmente na redução da burocracia para incluir uma floresta nas
241 concessões. Acrescenta, que as principais melhorias são do ponto de vista
242 administrativo, possibilitando a unificação dos contratos. Os concessionários que têm
243 contratos do mesmo edital de licitação em UMFs vizinhas, uma questão recorrente,
244 poderiam solicitar a unificação. Informa que a inversão de fases da licitação, permitirá
245 uma redução no tempo do processo de licitação. Lembra, que as licitações demoram
246 entre seis meses a um ano e a expectativa é que esse prazo reduza como em outros
247 setores para dois meses. Informa também, que a utilização do mesmo procedimento
248 de licenciamento entre as áreas de concessão possui mais etapas que os de áreas
249 particulares. Acrescenta, que essa mudança dará abertura para o contrato de
250 diversos novos produtos que poderiam integrar a concessão como; aproveitamento
251 de recursos pesqueiros no Norte, igualmente em desenvolvimento de turismo, pesca

252 esportiva, mercado de carbono, acesso ao patrimônio genético, uma série de novos
253 produtos que a lei vedava a inclusão no contrato de concessão e que a partir de agora
254 poderiam ser incluídos. A respeito do meio ambiente, informa que houve algumas
255 melhorias no projeto, abrindo a possibilidade para a Confloresta, que tem a previsão
256 legal, havendo acordo entre as partes as inovações do PL poderão ser incorporadas
257 aos contratos antigos o que é bastante importante, tendo em vista que criaria uma
258 dificuldade e um desajuste nos contratos feitos antes da renovação da Lei com os
259 contratos novos. A expectativa é que o PL tramite no congresso e que de alguma
260 maneira, ao final do ano que vem, esteja aprovado durante o próximo ano legislativo.

261 **O SR. PEDRO ALVES CORREA NETO (Vice-Presidente da Comissão e Diretor-
262 Geral-SFB/MAPA)** – Solicita que o Diretor Paulo compartilhe também a versão
263 atualizada do Projeto de Lei com os Membros da Comissão. Acrescenta, que o PL
264 tem um pouco das inovações sobre diminuir o ciclo de vida no Plano Anual de Outorga,
265 bem como, a possibilidade de outros aproveitamentos no ambiente de concessão.
266 Questiona ao Diretor Paulo, sobre o Credcarbono.

267 **O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO (Diretor de Concessão
268 Florestal e Monitoramento-SFB/MAPA)** – Informa, que está permitido, a depender
269 de uma nova regulamentação, dentro das UMFs seria permitido ao concessionário
270 detentor daquela concessão participar do mercado de carbono, mas é necessário um
271 tipo de regulamentação infralegal.

272 **O SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (Especialista em Políticas e
273 Indústria - Confederação Nacional da Indústria (CNI))** – Aproveita a fala do Diretor
274 Paulo sobre o mercado de carbono, e informa que esse mercado ainda requer
275 regulamentações posteriores, mas acrescenta que é uma sinalização positiva a
276 inclusão do mercado de carbono como os recursos da biodiversidade, do patrimônio
277 genético, mas é necessário ainda melhoria no marco regulatório, devido à dificuldade
278 para acessar os recursos genéticos fora das áreas de concessões. Acrescenta que o
279 projeto está na Comissão de Finanças e Tributação – CFT, e possui prazos, citou que
280 seriam 5 sessões para as emendas. Questiona se o SFB tem emenda para apresentar
281 sobre o Parecer do Deputado Crisóstomo, e sugere uma conversa em relação ao
282 assunto.

283 **O SR. PEDRO ALVES CORREA NETO (Vice-Presidente da Comissão e Diretor-**
284 **Geral-SFB/MAPA)** – Em resposta ao Sr. Mário Cardoso, informa que o SFB teve uma
285 discussão ampla com o MMA, especificamente com o Secretário da Amazônia e
286 Serviços Ambientais, Sr. Joaquim Leite, e informa, que enxerga um avanço e mais
287 uma possibilidade de inovação mesmo tendo a necessidade de organizar alguns
288 regulamentos, acrescenta a necessidade de não perder a oportunidade de aproximar
289 a pauta Florestal de outros grandes temas, em especial a Agricultura de Baixo
290 Carbono, plano ABC. Informa sobre a meta de florestas plantadas, o potencial do setor
291 florestal no contexto do carbono nos serviços ambientais, o próprio ativo florestal. O
292 PL 5518, traz a possibilidade de ter um olhar cirúrgico sobre a concessão. Informa que
293 o SFB está acompanhando o processo de regulamentação.

294 **O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO (Diretor de Concessão**
295 **Florestal e Monitoramento-SFB/MAPA)** – Em relação ao PL, informa que foram
296 feitas sugestões e incorporadas ao Parecer da Comissão de Meio Ambiente e entende
297 que as demandas estão contempladas conforme foram apresentadas. Informa sobre
298 o vício de competência em discussão do Poder Concedente no Artigo 49, e acrescenta
299 que está tentando tramitar dentro do governo federal um Projeto de Lei, que seria
300 apensado ao PL, para resolver o vício de iniciativa, informa também que a Comissão
301 apresentou uma solução, deixou a determinação do Poder Concedente para ser feita
302 por regulamento, por um Decreto. Informa que já existe o Decreto que está sendo
303 questionado judicialmente, mas com a alteração da lei, cairia o objeto da ação judicial.
304 Esclarece, que seria importante se o PL chegasse ao Congresso, a tempo de ser
305 incorporado ao Projeto.

306 **O SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (Especialista em Políticas e**
307 **Indústria - Confederação Nacional da Indústria (CNI))** – Solicita a palavra e informa
308 que a CNI entregou documentos para a retomada da atividade industrial e entre os
309 pontos, existe o apoio ao Projeto 5518, dando destaque na parte ambiental. Informa
310 que são importantes as sinalizações para atenção a isso.

311 **O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO (Diretor de Concessão**
312 **Florestal e Monitoramento-SFB/MAPA)** – Comenta, que soluções foram buscadas
313 por muito tempo para agilizar o processo de licitação, decorrente de dificuldades
314 enfrentadas por causa da Lei 11.284/2006, Lei de Gestão de Florestas Públicas, que

315 de alguma maneira entrava no processo licitatório dizendo as fases da licitação,
316 determinando os parâmetros técnicos mínimos a serem usados na proposta técnica,
317 fruto dessa conversa com o PPI, com o BNDS, que tem apoio de grandes escritórios
318 de advocacia. Informa, que verificou a possibilidade de tentar um caminho alternativo,
319 usar a Lei Geral de concessões como subsidiária e tentar fazer uma inversão de fases
320 lastreado na lei geral de concessões. Informa também, que realizou essa ação com a
321 Jamari, o procedimento passou pelo Jurídico do MAPA e o edital já vem com a
322 inversão de fases. Acrescenta que na reunião de fevereiro, será possível ver o impacto
323 no processo licitatório, que terá redução de tempo e discussão judicial.

324 **O SR. PEDRO ALVES CORREA NETO (Vice-Presidente da Comissão e Diretor-
325 Geral-SFB/MAPA)** – Agradece e passa para os informes gerais. Pergunta ao Diretor
326 Paulo se há informes gerais.

327 **O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO (Diretor de Concessão
328 Florestal e Monitoramento-SFB/MAPA)** – Informa, que já passou as informações
329 gerais, entre elas sobre o calendário, acrescenta o bom andamento da parceria com
330 o BNDS, e que os editais estão avançando. Sobre a Flona Amana, está encaminhando
331 para a CONJUR/MAPA, e sobre a Flona Humaitá, estão aguardando a análise do TCU
332 para dar encaminhamento no processo licitatório.

333 **O SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (Especialista em Políticas e
334 Indústria - Confederação Nacional da Indústria (CNI))** – Pede a palavra e registra a
335 importância da plataforma Pau Brasil para poder viabilizar de maneira correta a
336 exportação de madeira, uma promessa antiga do IBAMA, apesar de não ser a pauta
337 da reunião, mas tem interferência na pauta de concessões, de viabilização das
338 concessões. Informa sobre o primeiro movimento do IBAMA na reformulação da IN nº
339 15 para a implementação da referida plataforma, e que é necessário conversar sobre
340 a exportação de madeira no Brasil. Apresenta outra questão sobre o sistema de
341 rastreabilidade que tem previsão na Resolução nº 497, aprovada em 2020, que tinha
342 o prazo de um ano para ser implementado. O prazo venceu dia 19 de agosto e até
343 hoje não foi efetivado. Registra também, a importância de dar maior transparência
344 aos processos para trazer maior segurança para o empreendedor e destacar de
345 maneira mais adequada o que é legal, do ilegal, que tem atrapalhado a imagem do
346 Brasil.

347 **O SENHOR BRUNO MARONGONI MATINELLI (Tecnologista – MCTI)** – Pede a
348 palavra e informa que, há duas semanas, enviou ao SFB um e-mail com uma proposta
349 de monitoramento da fauna em áreas de concessão, feita pelo Museu Paraense
350 Emílio Goeldi. Acrescenta, que é somente um comunicado aos Membros do Conselho,
351 para estarem cientes de que será iniciada uma conversa com o SFB sobre uma
352 proposta do MPEG para monitorar a fauna em áreas de concessões com novos
353 instrumentos, ferramentas e metodologias.

354 **O SR. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO (Diretor de Concessão
355 Florestal e Monitoramento-SFB/MAPA)** – Acusa recebimento do e-mail e informa,
356 que está em análise na Diretoria de Concessão Florestal e Monitoramento. Acrescenta
357 que dará um posicionamento após as análises e discussões internas com a
358 Coordenadora-Geral, Sra. Cristina Galvão.

359 **O SR. RAFAEL FREIRE DE MACEDO (Coordenador-Geral da Coordenação-Geral
360 de Monitoramento do Uso da Biodiversidade e Comércio Exterior – IBAMA)** –
361 Pede a palavra e em continuidade ao que foi colocado pelo Sr. Bruno, esclarece que
362 para o IBAMA é importante o monitoramento da fauna nas concessões, e que é
363 importante alinhar o projeto como um todo. E em resposta ao Sr. Mário Cardoso,
364 informa que foi colocado em consulta pública a IN nº15, sobre as exportações, tema
365 da última reunião CGFLOP, e acrescenta que o processo está em revisão interna e
366 consulta pública. Informa que o IBAMA está produzindo uma Nota Técnica interna
367 sobre o impacto regulatório, tendo em vista as dificuldades enfrentadas no ano de
368 2021. Informa que o fluxo é burocrático ainda. Informa que a plataforma Pau Brasil na
369 versão inicial está pronta e uma norma interna sairá do Presidente, instituindo a
370 plataforma que está conectada ao Portal Único do Comércio Exterior e que trabalhará
371 com integração dos outros sistemas do IBAMA, desburocratizando, normatizando e
372 atendendo a legislação vigente. Sobre a rastreabilidade, informa que o prazo
373 apresentado pelo CONAMA foi curto para a implementação, e tendo em vista o
374 sistema a ser utilizado, é complexo, e o IBAMA estava revisando os procedimentos
375 de Software, não sendo possível entregar a plataforma no tempo solicitado, mas
376 informa que há previsão de entrega em fevereiro para terem tempo de realizar
377 capacitações. Acrescenta, que há complicadores sobre a integração com os sistemas
378 estaduais, mas estão trabalhando para a concretização da efetivação do sistema, um
379 compromisso do MMA e IBAMA.

380 **O SR. LEONARDO MARTIN SOBRAL (IMAFLORES)** – Pede a palavra e ressalta a
381 importância sobre a agilidade para relimitar áreas que tiveram o cancelamento de
382 contratos e parabeniza o Serviço Florestal Brasileiro por ter conseguido encontrar
383 espaço para a relimitação de áreas. Evoca a área do Jamari, que demorou cinco ou
384 mais anos para conseguir relimitar, e considera um fato que deve ser ressaltado.

385 **O SR. FRANK ROGIERI DE SOUZA ALMEIDA (Presidente do Fórum Nacional das**
386 **Atividades de Base Florestal - FNBF)** – Cumprimenta a todos e informa sobre as
387 tratativas da CONABIO que afetam diretamente a cadeia produtiva de madeiras, com
388 estudos que falam sobre a restrição de comercialização de algumas espécies e coloca
389 em risco as Concessões vigentes e os contratos futuros. Informa, que acha importante
390 a realização de uma agenda para tratar sobre essa questão.

391 **O SR. HÉLCIO BOTELHO (CNI/FNBF)** – Pede a palavra, cumprimenta a todos e
392 corrobora as palavras do Sr. Mário, que tratou de pontos importantes sobre as
393 exportações que foram gravemente afetadas e espera-se que as medidas, como a
394 plataforma Pau Brasil, deem mais celeridade aos processos de exportação e liberação
395 da exportação nos portos. Acrescenta, que diante de tantas plataformas que estão
396 sendo criadas, é importante ter um atendimento ao usuário, um HelpDesk. O contato
397 por meio de e-mail ajuda, mas há outras formas mais rápidas de auxílio. Agradece a
398 palavra e se coloca à disposição.

399 **O SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (Especialista em Políticas e**
400 **Indústria - Confederação Nacional da Indústria (CNI)** – Pede a palavra e se dirige
401 ao Sr. Rafael, agradecendo o retorno do IBAMA sobre os sistemas que estão sendo
402 implementados. Esclarece sobre a atualização da publicação das espécies
403 ameaçadas de extinção, e informa que em 2014 a última publicação, Portaria nº 443,
404 teve problemas com a Itaúba e as Concessões Florestais, e agora possui um novo
405 movimento com mais 4 espécies madeireiras, com grau de restrição maior, caso em
406 discussão na CONABIO, e informa que no processo de definição são feitas poucas
407 amostragens, considerando a Amazônia que é 60% do território nacional, e chegar a
408 alguma conclusão com base em 2 amostras ou meia dúzia de amostras, conclui-se
409 que as espécies foram extintas. Tendo em vista o impacto ambiental e social, são
410 necessários dados e estudos aprofundados sobre a inserção ou de mudança de
411 categoria de espécies ameaçadas.

412 **O SR. RAFAEL FREIRE DE MACEDO (Coordenador-Geral da Coordenação-Geral**
413 **de Monitoramento do Uso da Biodiversidade e Comércio Exterior – IBAMA) –**

414 Pede a palavra e informa ao Sr. Hécio Botelho, que o atendimento pode ser feito
415 também pela Ouvidoria do IBAMA, e estão desenvolvendo uma Chat na plataforma
416 Sinaflor para melhor atender os usuários. Ao Sr. Mário, ressalta que a consultoria que
417 a CNI fez no IBAMA, em relação ao Comércio Exterior, alavancou uma remodelagem
418 da agenda do IBAMA. E agradece a parceria. Em relação as espécies, informa que o
419 IBAMA está desenvolvendo uma série de pacotes de dados presentes no SINAFLOR
420 para melhor apresentar as informações. Acrescenta, que há trabalhos voltados para
421 os inventários de planos de manejo que estão sendo protocolados dentro do
422 SINAFLOR. São dados para serem analisados e interpretados. O que contribui para
423 o estudo das espécies e ver a necessidade de alteração de classificação, ou não.
424 Informa que poderá apresentar ao grupo como é desenvolvida essa ferramenta.

425 **O SR. HÉLCIO BOTELHO (CNI/FNBF) –** Informa que há dois meses os sistemas do
426 IBAMA estão consistentes e está havendo uma melhora contínua. Parabeniza as
427 atividades do Presidente do IBAMA e agradece.

428 **O SR. PEDRO ALVES CORREA NETO (Vice-Presidente da Comissão e Diretor-**
429 **Geral-SFB/MAPA) –** Finalizando a reunião, agradece ao Diretor Paulo e ao
430 Coordenador-Geral José Humberto pela realização da reunião e deseja a todos um
431 final de ano abençoado e a esperança de tempos melhores em 2022, com mais
432 segurança e tranquilidade.